

TRE não anuncia pauta mas pode julgar as impugnações amanhã

O mais aguardado julgamento desta temporada eleitoral brasileira poderá acontecer amanhã, quando o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) estará reunido para uma nova sessão. Apesar de ainda restarem 17 dias até o final do prazo para que a Corte avalie os muitos processos de impugnação, existe a possibilidade de que o mais polêmico deles, contra o ex-governador Joaquim Roriz, seja votado pelos sete juízes. Como o TRE não divulga com antecedência a pauta de suas reuniões, advogados dos dois lados vivem dias de grande tensão, à espera do desfecho de episódio que deverá praticamente selar o destino da corrida ao Palácio do Buriti.

Dos 18 pedidos de impugnação somente um foi julgado. O processo falava da coincidência de nomes entre dois candidatos de partidos diferentes — Antônio Eustáquio José da Costa e Eustáquio José Ferreira Santos. Todos os processos estão nas mãos dos juízes relatores, e o mais conturbado é sobre a candidatura do empresário Paulo Octávio, acrescido de uma liminar sus-

pendendo dois programas de sua empresa nas televisões. Há mais duas liminares em pendência de autoria do Ministério Público Eleitoral, apontando o empresário por abuso de poder econômico.

Para fugir dos olhares curiosos de advogados e jornalistas, os juízes do TRE têm tomado a iniciativa de resolver alguns assuntos a portas fechadas, caracterizando para os leigos uma “reunião administrativa”. Foi numa destas reuniões que o pedido de impugnação de Zumira Timo às candidaturas de cinco mulheres do Partido Brasileiro de Mulheres foi indeferido porque a impugnante não se encaixava em nenhum dos pré-requisitos para solicitar a impugnação das candidatas. Numa reunião semelhante foi elaborado a Resolução que irá regulamentar o horário gratuito nos rádio e televisões.

Enquanto isso, as sessões do TRE vêm sendo bastante disputadas pelos advogados da Frente Popular, Brasília e do Frentão. Na última quarta-feira eles estiveram ansiosamente presentes,

mas só conseguiram acompanhar o julgamento de registro de pequenos partidos e a solução para os “Eustáquios”. Além de um grande rol da julgamentos pendentes, os juízes deixaram de publicar decisões importantes para a continuidade de processos como o do Partido dos Trabalhadores (PT). Paulo Goyaz, candidato pelo PFL, entrou com um pedido de impugnação à bancada do PT, baseado numa certidão expedida pela Secretaria de Coordenação Eleitoral do TRE.

Os membros do PT esperam a publicação da decisão para poder recorrer ao TSE, sobre o seu pedido de registro do Diretório Regional. O TRE considerou duas zonais e o Diretório Regional do PT extintos, e a falta de publicação de decisão, segundo os advogados do PT, impossibilita inclusive de se regularizar em outras zonais. No ritmo que os juízes do TRE vêm ultimando as suas matérias possibilitará que nos horários gratuitos, que inicia nesta semana, os candidatos que se apresentarem correm o risco de sair do ar a qualquer momento.